



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

TRACKER



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e 31 dezembro de 2019. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem emitidos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2020, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 9.160 milhões (2019 - R\$10.832 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.784 milhões (2019 - R\$2.565 milhões) e os Ativos totalizaram R\$13.849 milhões (2019 - R\$14.022 milhões). O Índice de Basileia em 30 de junho de 2020 foi de 20,46% (2019 - 22,86%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A. (anteriormente

denominado Banco GMAC S.A.), possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletfsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo 26 de agosto de 2020

A Administração

Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Recitas de Intermediação Financeira		793.323	891.658
Operações de crédito	18	747.602	848.603
Operações de arrendamento mercantil		17.885	17.105
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	27.836	25.950
Despesas da Intermediação Financeira		(403.376)	(435.013)
Operações de captações no mercado	11a	(193.742)	(244.792)
Operações de arrendamento mercantil		(15.824)	(14.151)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(53.006)	(84.289)
Prov. p/perda esp. ass. a risco de crédito		(140.804)	(91.781)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		389.947	456.645
Outras Recitas (Despesas) Operacionais		(39.165)	(138.096)
Recitas de prestação de serviços		33.373	37.298
Rendas de tarifas bancárias	23	25.180	37.259
Despesas de pessoal	19	(62.282)	(55.766)
Outras despesas administrativas	20	(137.784)	(144.565)
Despesas tributárias	24	(22.419)	(33.378)
Resultado de equivalência patrimonial	10	43.423	29.569
Outras receitas operacionais	21	109.540	27.353
Outras despesas operacionais	22	(28.196)	(35.856)
Resultado Operacional		350.782	318.559
Resultado Não Operacional		59	1.639
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		351.379	320.198
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	(120.555)	(112.311)
Provisão para imposto de renda corrente		(33.604)	(48.175)
Provisão para contribuição social corrente		(28.463)	(41.043)
Ativo fiscal diferido		(58.488)	(23.093)
Participações no lucro		(11.966)	(8.433)
Lucro Líquido do Semestre		218.858	199.454
Lucro por ação - básico e diluído		<u>0,19</u>	<u>0,17</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Lucro Líquido do Semestre	218.858	199.454
Resultado Abrangente do Semestre	218.858	199.454
Atribuível à controladora	218.857	199.453
Atribuível aos não controladores	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		335.757	376.525
Lucro líquido do exercício		218.858	199.454
Depreciações e amortizações imobilizado em uso		2.618	1.938
Depreciação e amortizações imobilizado arrendamento		7.636	7.054
Insuficiência (superavencimento) de depreciação	3f	6.617	6.983
Outras despesas de arrendamento		1.571	113
Resultado na alienação de imobilizado de uso		(22)	(25)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(43.423)	(29.569)
Resultado na alienação de bens não de uso - BNDU		(503)	(1.458)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	140.804	91.781
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	21	(10.539)	(16.970)
Resultado com títulos e valores mobiliários	5b	(7.073)	(9.839)
Juros apropriados de depósitos		88.921	122.628
Juros apropriados de obrigações por emissão de letras financeiras		15.536	65.707
Provisão para riscos e obrigações legais	15b	5.902	19.493
Resultados de exercícios futuros	16	(94.725)	(146.660)
Ativo fiscal diferido	12b	(58.488)	(23.093)
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	12b	62.067	89.218
Varição de Ativos e Obrigações		1.076.747	(439.598)
(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil		1.091.565	635.763
(Aumento) redução em outros créditos		604.716	(142.375)
(Aumento) redução de despesas antecipadas		(7.388)	2.303
(Aumento) redução em bens não de uso		(7.496)	2.819
Aumento (redução) em depósitos		26.121	(835.302)
Aumento (redução) em obrigações por emissão de letras financeiras		(351.494)	340.683
Aumento (redução) em outras obrigações		(202.765)	(484.878)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		58.636	111.914
Alienação de imobilizado de arrendamento		(15.824)	(4.160)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(119.324)	(66.365)
Caixa Líquido Proveniente (aplicado) das Atividades Operacionais		1.412.504	(60.733)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de imobilizado de uso		2.170	1.044
Aquisição de imobilizado de uso		(2.256)	(4.725)
Caixa Líquido Proveniente (aplicado) nas Atividades de Investimento		(86)	(3.681)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.412.418	(66.754)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre		691.645	526.608
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios/semestre		2.104.063	459.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
- Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superavencimento de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes. A Emenda Constitucional 103/2019 impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de março de 2020. Dessa forma, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário de dezembro de 2019 e de sera realizado a partir de março de 2020.

Partes Relacionadas A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

Mensuração a valor justo A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2020	2019
Disponibilidades	10.064	58.389
Aplicações em operações Compromissadas - LTN e NTN (nota 5a)	2.093.999	633.256
Total	2.104.063	691.645

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2020, apresentavam montantes de R\$ 2.093.999 (R\$633.256 em 2019), e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 20.763 (R\$ 16.111 em 2019).

Títulos e Valores Mobiliários Aplicação de Mercado Aberto - LTN Aplicação de Mercado Aberto - LTF Aplicação de Mercado Aberto - LFT

	2020	2019
Total	2.093.999	633.256

b) Valor justo de instrumentos financeiros O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

continua >

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de Junho de 2019	2.117.609	135.185	189.481	2.442.275
Lucro líquido do exercício	-	-	261.437	261.437
Destinação do lucro:				
Reservas de lucro	-	13.072	109.389	(122.461)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(138.976)	(138.976)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	2.117.609	148.257	298.870	2.564.736
Lucro líquido do exercício	-	-	218.858	218.858
Destinação do lucro:				
Reservas de lucro	-	10.943	207.915	(218.858)
Aumento de capital (nota 18b)	298.870	-	(298.870)	-
Saldos em 30 de Junho de 2020	2.416.479	159.200	207.915	2.783.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A., alteração homologada pelo regulador em 18 de março de 2020) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações adotadas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular do Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN. a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16 c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020; d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16 e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN 4.636/18; f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11. i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09; j) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; k) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15; l) CPC 41 Resultado por ação - homologado pela resolução CMN nº 3.959/19; m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo - homologado pela resolução CMN nº 4.748/19; n) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 26 de agosto de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações ao ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Ativo circulante e realizável em longo prazo
- Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.
- As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.
- As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	Nota	jun/20	dez/19
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante		7.847.395	8.120.008
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		6.314.996	6.623.386
Depósitos	11	5.510.384	6.038.322
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	804.612	585.064
Provisões	13	10.222	12.741
Obrigações Fiscais Diferidas	14	9.305	43.084
Outras Obrigações		1.512.873	1.440.797
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	11.397
Fiscais e previdenciárias	14	362.746	282.432
Diversas	13	1.150.127	1.146.968
Exigível a Longo Prazo		3.125.952	3.209.051
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		1.926.092	1.838.618
Depósitos	11	1.019.217	376.237
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	906.875	1.462.381
Provisões	13	46.109	44.787
Obrigações Fiscais Diferidas	14	216.626	178.762
Outras Obrigações		937.125	1.146.884
Fiscais e previdenciárias	14	611.607	700.841
Diversas	13	325.518	446.043
Resultado de Exercícios Futuros		91.469	127.558
Resultado de exercícios futuros	16	91.469	127.558
Patrimônio Líquido		2.783.594	2.564.736
Capital		2.416.479	



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

S10 LTZ



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

Ativos financeiros mantidos para negociação

Titulos privados

	30 de junho de 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundos de Investimento	-	174.987	-	174.987
Total	-	174.987	-	174.987

Ativos financeiros mantidos para negociação

Titulos privados

	31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundos de Investimento	-	167.914	-	167.914
Total	-	167.914	-	167.914

c) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Fintech em 30 de junho de 2020, cujo saldo, em 30 de junho de 2020, era de R\$ 174.987 (R\$167.914 em 2019). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 7.073 (R\$ 9.839 em 2019).

Ativos e Valores Mobiliários

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)

	2020	2019
	174.987	167.914
Total	174.987	167.914

(i) Representado por aplicação em cotas subordinadas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,805% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade-alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 74%
Cotas subordinadas (a)	Mínimo de 26%

(a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 26% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade-exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC: O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2020	2019
Operações de Crédito	135.832	13.349
Empréstimos	7.721.465	8.843.388
Financiamentos	1.238.166	1.418.361
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	27.591	40.043
Operações de arrendamento mercantil	37.089	517.173
Outros Créditos	9.160.143	10.832.315

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2020	2019
Operações de Arrendamento	29.844	43.707
Arrendamento a receber	(29.804)	(43.707)
Rendas a apropriar	256	373
Valores residuais a apropriar	(256)	(373)
Valores residuais a balancear	28.027	40.440
Imobilizado de arrendamento	(476)	(397)
Valor residual antecipado	27.591	40.043
Valor presente dos contratos	27.591	40.043

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado	6.852.016	74,8%	6.952.151	64,3%
Pessoa física	520.878	5,7%	961.504	8,9%
Outros serviços	1.779.838	19,4%	2.910.476	26,9%
Comércio	7.411	0,1%	8.184	0,1%
Indústria	9.160.143	100,0%	10.832.315	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	61.380	0,7%	55.160	0,5%
De 61 a 180 dias	30.985	0,3%	21.772	0,2%
De 181 a 360 dias	9.675	0,1%	9.926	0,1%
	102.040	1,1%	86.908	0,8%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	3.557.482	38,8%	5.236.795	48,3%
De 181 a 360 dias	1.719.462	18,8%	1.653.416	15,3%
Acima de 360 dias	3.781.159	41,3%	3.855.196	35,6%
	9.058.103	98,9%	10.745.407	99,2%
Total	9.160.143	100,0%	10.832.315	100,0%

e) Concentração do risco de crédito

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor	105.268	1,1%	347.689	3,2%
10 maiores devedores	54.811	0,6%	677.858	6,3%
50 devedores seguintes	33.958	0,4%	1.200.772	11,1%
100 devedores seguintes	30.060	0,3%	973.086	9,0%
Demais devedores	8.936.046	97,6%	7.632.910	70,4%
Total	9.160.143	100,0%	10.832.315	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.343.621	69,9%	7.567.524	69,9%
Pós-fixado	1.816.522	19,9%	3.264.791	30,1%
Total	9.160.143	100,0%	10.832.315	100,0%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	Contratos em carteira própria		Contratos em carteira cedidos		Total
Saldo no início do semestre	218.288	13.434	13.434	231.722	231.722
Constituição/(Reversão) de provisões	142.497	(1.693)	(1.693)	140.804	140.804
Baixas	(101.224)	-	-	(101.224)	(101.224)
Saldo no fim do semestre	259.561	11.741	11.741	271.302	271.302

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

	2020		2019	
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Taxa de provisão %	Total de operações
AA	-	91.336	-	466.644
A	0,50%	6.136.177	30,681	7.714.706
B	1,00%	1.062.343	10,623	1.101.475
C	3,00%	1.358.633	40,758	1.177.143
D	10,00%	256.427	25,643	186.009
E	30,00%	86.095	25,829	56.910
F	50,00%	46.508	23,254	25.278
G	70,00%	27.033	18,923	18.814
H	100,00%	95.591	95,591	85.336
Total	9.160.143	271.302	10.832.315	231.722

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$24.559 (R\$ 27.414 em 2019), contabilizado no grupo de Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2020, existiam contratos renegociados no montante de R\$ 13.552 (R\$ 3.012 em 2019).

j) Cessão de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$1.277.574 (R\$3.267.701 em 2019), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$ 15.990 (R\$25.475 em 2019).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2020, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$ 536.517 (R\$540.914 em 2019), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 13 no montante de R\$ 531.814 (R\$ 536.919 em 2019). Há provisão para perda esperada associada para risco de crédito para estas cessões no montante de R\$ 5.427 (R\$ 5.138 em 2019) registrado na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$ 844.595 (R\$ 743.850 em 2019), tendo apropriado despesas no montante de R\$ 37.016 (R\$ 40.889 em 2019). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2024.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 30 de junho de 2020, consta o montante de R\$ 701.649 (R\$ 877.447 em 2019), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 13 no montante de R\$ 6.314 (R\$ 8.295 em 2019), registrada na rubrica "Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito".

k) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

	2020		2019	
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Taxa de provisão %	Total de operações
AA	-	23.341	-	4.537
A	0,50%	907.463	1,00%	1.661
B	1,00%	166.081	3,00%	3.924
C	3,00%	130.807	10,00%	850
D	10,00%	8.499	30,00%	458
E	30,00%	1.527	50,00%	137
F	50,00%	274	70,00%	-
G	70,00%	-	100,00%	174
H	100,00%	174	-	174
Total	1.238.166	1.238.166	1.238.166	11.741

l) Análise da sensibilidade das operações

A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o acompanhamento do abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, ΔEVE e ΔNIL, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente. Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (I) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (II) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de stress.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2020	2019
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 12c)	706.634	761.711
Depósitos judiciais (nota 15b) (i)	1.022.556	1.014.823
Devedores diversos - país (ii)	69.068	25.403
Impostos a recuperar (iii)	66.464	8.266
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 25e) (iv)	32.989	26.656
Adiantamentos e antecipações salariais	3.418	1.252
Total	1.901.129	1.838.111

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15).

Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 66.675 (R\$24.985 em 2019).

(iii) Refere-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social e Créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 28.890 e antecipação de IRPJ e CSLL de 2020 R\$ 37.574 (R\$ 8.266 em 2019).

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto a General Motors do Brasil no valor de R\$ 14.444 (R\$22.516 em 2019). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R\$18.545 (R\$4.140 em 2019).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2020, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$ 10.921(R\$ 2.921 em 2019).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com o Banco Bradesco no montante de R\$ 4.792 (R\$ 1.593 em 2019), e de R\$3.964 (R\$ 55 em 2019)refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 7,0%. A apropriação das despesas é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2020, o saldo de despesas antecipadas montava R\$ 11.816 (R\$ 4.429 em 2019), e foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 despesas no montante de R\$ 6.515 (R\$ 8.294 em 2019), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 20)

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2020		2019	
	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido no final do semestre antes da apuração do resultado	546.736	147.556	528.614	113.694
Lucro (Prejuízo) do exercício	28.797	14.627	13.405	16.164
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	546.736	147.556	528.614	113.694
Resultado de equivalência patrimonial	28.796	14.627	18.122	33.862
No final de 30 de Junho de 2020	575.532	162.183	546.736	147.556

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2020		2019	
	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a prazo	Letras financeiras	Total
	3.011.486	2.609.853	3.518.115	3.804.706
	1.711.487	2.047.445	8.241.088	8.462.004
	6.314.996	6.623.386	1.926.092	1.838.618

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2024, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 3,44% e 6,67% ao ano no montante de R\$ 1.722.027 (R\$2.872.937 em 2019) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 189,5%, no montante de R\$ 5.216.250 (R\$5.589.067 em 2019) e captações pós fixadas atreladas ao percentual da variação do DI + taxa pré-fixada, negociadas entre 100% + 0,25% + 100% + 3,40%, no montante de R\$ 1.302.811.

(a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2020	2019
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	60.141	50.820
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	94.007	119.604
Letras financeiras	37.498	65.645
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	2.096	2.178
Total	193.742	238.247

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

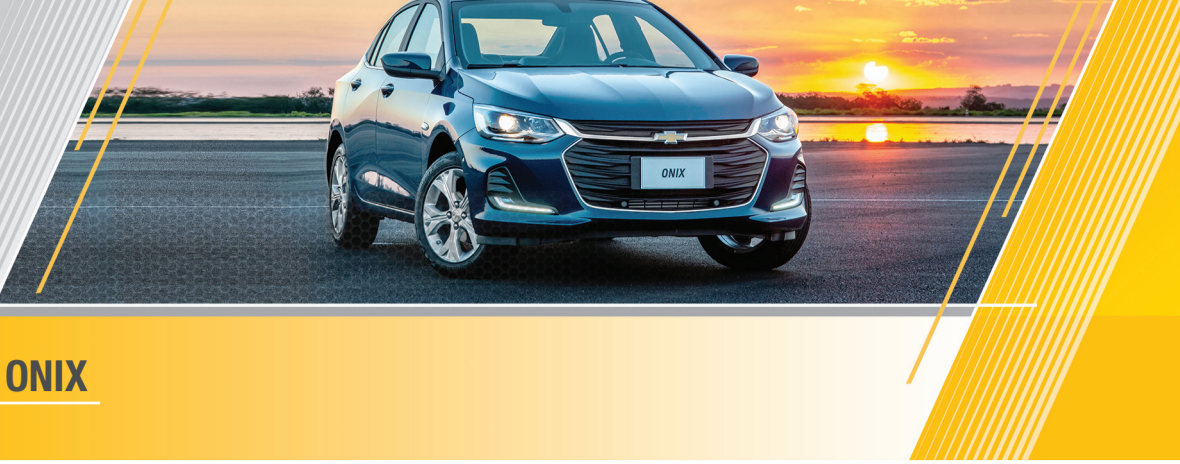
a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	351.379	351.379	320.198	320.198
Alíquotas do banco	25%	20%	25%	15%
Despesas de acordo com as alíquotas				



SERVIÇOS FINANCEIROS

ONIX



BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	8.439	13.489
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	6.888	9.330
Despesa com juros e cobrança	10.702	12.050
Despesas com juros e multas	2.126	171
Outras	41	816
Total	28.196	35.856

23. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$ 25.180 (R\$ 37.259 em 2019).

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
COFINS	14.994	23.824
ISS	2.436	3.871
PIIS	3.304	4.067
Outros	1.685	1.616
Total	22.419	33.378

25. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2020	2019
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	1.222	3.170
Remuneração variável	919	1.943
Outras	-	591
Total	2.141	5.704

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas
As posições patrimoniais e de resultados auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Operações de crédito				
Outros créditos	105.268	2.284	-	-
Rendas de prestação de Serviços	14.444	-	22.516	-
Outras obrigações - Diversas	-	7.896	-	8.687
Resultado de exercícios futuros (nota 16)	(83.405)	(4.455)	(146.660)	-
GMAC Prest. de Serviços de Mão de obra Ltda.:	(91.469)	94.725	(127.558)	(146.660)
Captações em depósitos a prazo	(39.837)	(694)	(38.383)	(1.075)
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos	1.185	-	1.329	-
Captações em depósitos a prazo	(551.534)	(31.964)	(550.184)	(32.614)
Receita de prestação de Serviços	-	7.041	-	6.122
GMAC - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos	669	-	740	-
Captações em depósitos a prazo	(162.834)	(2.717)	(148.540)	(3.719)
Receita de prestação de Serviços	-	4.203	-	3.655
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos	16.691	-	2.071	-
Receita de prestação de Serviços	-	3.788	-	2.777
General Motors Holdings Participações Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(4.077)	(89)	(10.416)	(109)

26. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Departamento de Riscos Corporativos - foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disso, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*), suprimindo e reportando ao CRO;

(ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras através de acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo.

A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), sem comprometer os resultados do negócio;

(vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;

(viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar

a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potencial perdas ou danos a eles atrelados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Chevrolet Serviços Financeiros e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

(xiv) Divulgação de informações - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Chevrolet Serviços Financeiros conta com política específica que estabelece os princípios e processos a serem adotados na divulgação de informações que evidenciem o atendimento de requerimentos prudenciais definidos pelo regulador. As publicações são realizadas de acordo com conteúdo, formato e periodicidade definidas pela regulamentação em vigor, disponibilizadas ao público por meio do website da Instituição, e englobam informações a respeito da sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, da apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (Risk Weighted Assets - RWA), da adequação do Patrimônio de Referência (PR), e dos indicadores de liquidez.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11 Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2020, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 270.454 (R\$ 268.559 em dez/2019), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em dez/2019) de Principal, R\$ 523 (R\$ 523 em dez/2019) de multas e R\$ 211.913 (R\$ 210.018 em dez/2019) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos. Contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento em processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

28. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2020 foi de 30,46 %.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	13.075	2.615	209
Risco reduzido - 75%	6.696.337	5.022.253	401.780
Risco reduzido - 85%	1.716.704	1.459.198	116.736
Risco reduzido - 100%	1.089.027	1.089.027	87.122
Risco reduzido - 250%	207.562	518.906	41.512
		-	-
Subtotal 1	9.722.705	8.091.999	647.359
Parcela para cobertura de Risco Operacional	652.470	652.470	56.275
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	-	-	-
Subtotal 2	652.470	652.470	56.275
Total	10.375.175	8.744.469	703.634
Patrimônio de referência Índice de basileia			2.663.196
			30,46%

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em agosto de 2020, o Banco realizou uma captação no valor de R\$593.800 junto ao Banco Central do Brasil por meio de instrumento criado pela Resolução nº 4.795, através da emissão de LTEL - LFG, Letras Financeiras Garantidas no programa de Linha Temporária Especial de Líquidos com prazo de 359 dias.

30. OUTROS ASSUNTOS

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

Todos os colaboradores estão trabalhando de forma remota, e a campanha de vacinação contra a gripe foi antecipada pela empresa.

Para os nossos clientes foi oferecido a prorrogação das parcelas das operações de crédito, além da suspensão da cobrança de IOF sobre as operações financeiras que foi aprovada pelo governo brasileiro.

Estamos acompanhando as deliberações feitas pelos órgãos reguladores para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus.

A Diretoria

Contador: Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria – 1º Semestre de 2020

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) composto pelo Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado simplesmente, Chevrolet Serviços Financeiros, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A., e atua como único para o Consólio Econômico-Financeiro do Grupo.

Em reunião realizada em 21 de agosto de 2020 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, os quais se encontram à disposição do Banco Central do Brasil na sede desta Instituição, sob a guarda da Área de Controles Internos.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê se reuniu com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2020, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2020, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 30 de junho de 2020, que estão de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 30 de junho de 2020.

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

Outros documentos apresentados e aprovados neste Comitê:

• Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4433/2015 do CMN.

• Outros documentos de Governança trazidos pela Auditoria Interna para ciência dos membros permanentes deste Comitê relativos ao atendimento à Resolução 4567/2017 do CMN.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus

total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2020, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 948.589 mil. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2020 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos
As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas previstos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GM e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

III. Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis da Chevrolet Serviços Financeiros, para a data-base de 30 de junho de 2020.

São Paulo, 21 de agosto de 2020

O Comitê de Auditoria

Aos acionistas e administradores do

Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção